
ABU DHABI – Discussão do GAC sobre atenuação do abuso de DNS
Quarta-feira, 1 de novembro de 2017 – 10h30 a 11h GST
ICANN60 | Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos

JULIA CHARVOLEN: Olá a todos, sou Julia. Se quiserem ter a fotografia, ainda estão fotografando aqui fora da sala durante mais meia hora. Obrigada.

THOMAS SCHNEIDER: Começamos em alguns segundos. Por favor, ocupem seus lugares. Peço aos membros da equipe que se encarregam do DNS, que se aproximem da mesa. Por favor, precisamos começar. Essa é a sessão número 32 do nosso temário, vamos falar sobre mitigação do uso indevido do DNS. A apresentação está na tela. Passo a palavra para Cathrin.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada por estarem aqui. Bom dia a todos. Nesta sessão queremos falar sobre dois temas principais com vocês, serão familiares por reuniões que já tivemos. Em primeiro lugar queremos falar sobre a tarefa que realizamos em nome do GAC para avaliar a efetividade das medidas de proteção para os novos gTLDs. E em segundo lugar, queremos dedicar grande parte da sessão a apresentação de relatórios de uso indevido.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Queremos ver o que aconteceu na sessão intercomunitária para gerar dados transparentes e confiáveis sobre os que se possam adotar ações. Sobre nosso primeiro ponto, efetividade das medidas de proteção, para tal, tivemos uma sessão, se vocês se lembram, com a equipe de revisão do CCT, esta semana. É a equipe que se encarrega da eleição, competência, confiança dos consumidores. E temos, particularmente, um trabalho de utilidade que eles se encarregaram.

É um relatório sobre uso indevido do DNS que nos fornece perspectiva sobre diferentes tendências que o grupo de revisão apresentou na sessão correspondente e está aberto a comentário público. O GAC apresentou comentários no grupo de segurança pública, participou no período de comentários basicamente agradecendo o estudo, indicando a necessidade de maior análise com base na tarefa realizada previamente. Isso também ficou remarcado em período de comentários públicos e na equipe de avaliação para avaliar a efetividade das medidas de prevenção dos novos gTLDs, o estudo não chegou a nível de DTL necessário para ver até que ponto essas medidas tinham sido efetivas ou se tinham sido realmente.

O GAC poderia fazer um segmento do tema e ver se realmente podem ser avaliadas as desvantagens, benefícios, quais as possíveis modificações, para o qual teremos que fazer um segmento específico da avaliação das medidas de proteção de

como sua avaliação afeta os níveis de uso indevido nos novos gTLDs. A equipe de revisão de CCT vai publicar seu relatório final para relatório público nas semanas posteriores a esta reunião.

O que podemos fazer é utilizar esse período de comentário público, entre outras coisas, para salientar, enfatizar efetividade dessa pesquisa a respeito dessas medidas de proteção para os gTLDs e solicitar também que se encarreguem outros estudos com maior nível de profundidade. Temos os membros da equipe de revisão presentes na sala, então se tiverem perguntas sobre esse tema em particular, ou com aquilo que tem a ver com a tarefa dessa equipe de revisão de CCT, eles estão aqui para responderem a suas perguntas.

Vou parar por aqui para ver se alguém quer formular perguntas, comentários, partilhar seu ponto de vista. Depois é a segunda parte da tarefa que tem a ver com efetividade dessas medidas de proteção. Para tal vamos mencionar o anexo um ao comunicado de Hyderabad onde pedíamos especificamos a ICANN sobre como abordar esse tema dentro da organização. Foi realizado um processo muito construtivo de troca com a ICANN. Para responder as perguntas colocadas pelo GAC em seu comunicado, indicar com mais detalhe como os processos da ICANN tentam prevenir e responder perante instâncias de uso indevido.

Essa conversa continua de maneira informal e também existe informação de maior nível de detalhe sobre informação que pode ser fornecida sobre medidas de mitigação de uso indevido por parte da ICANN no GAC. Queremos continuar mantendo essa conversa informal com a ICANN, e queremos fazer nesse grupo em nome do GAC para depois informa-los na nossa próxima reunião. Por último, devem lembrar que também nos pronunciamos acerca do papel da ICANN em medidas de proteção ao consumidor. Lembrem-se de Bryan Schilling que esteve em uma das reuniões do GAC. E ele indicou a importância desse papel. Esse papel ainda está em uma etapa de definição. Entendemos que houve um workshop entre sessões, um seminário web no qual se falou sobre esse conceito, sobre o que se poderia fazer desde essa função e alguns dos aspectos das medidas de proteção ao consumidor foram tratados também nesse seminário.

Entendemos que essa tarefa não está concluída ainda e no GAC queremos fazer um segmento ativo dessa iniciativa e também participar já que temos um interesse em exercer um importante papel em favor das medidas de proteção ao consumidor na ICANN. Isso tem relação a revisão de CCT. Agora vou parar por aqui para ver se alguém tem algum comentário ou perguntas sobre esses dois últimos temas. Se ninguém solicitar a palavra, passaremos para a outra parte principal do temário do dia que tem a ver com de que

maneira informar instâncias de uso indevido e como se faz isso na ICANN. Tem a palavra meu colega Iranga.

IRANGA KAHANGAMA: Nós continuamos avançando sobre esse tema. E um dos objetivos principais é obter dados públicos, transparentes, sobre os quais se possam tomar ações sobre as instâncias de uso indevido. E ter um mecanismo para informar a comunidade acerca disso e que tenham ferramentas necessárias para agir. Temos esse conceito de princípio para informar o uso indevido.

E o GAC emitiu esses princípios antes do WHOIS e do programa de novos gTLDs, acho que isso foi em 2007. Houve muita atividade e interesse acerca da mitigação do uso indevido do DNS. Esse grupo de trabalho poderia considerar ser pró ativo em prol das atividades de interesse público do GAC e ver quais seriam esses compromissos a respeito do uso indevido do DNS e disponibilidade dos dados pertinentes. Foi realizada uma sessão intercomunitária e o PSWG redigiu alguns princípios potenciais, gerais, não se chegou a um acordo intercomunitário, mas esses princípios mostram as preocupações do GAC sobre o tema. Vou passar uma resenha geral das categorias consideradas nesses princípios.

Obviamente, devem continuar sendo analisados e desenvolvidos. E o grupo de trabalho de segurança pública está trabalhando para tal efeito. Temos que ver o alcance, o escopo do uso indevido, vamos

ver se vamos incluir phishing e botnets, se é necessário ter um conhecimento técnico maior para ver o que podemos incluir nessa categoria. Isso tem a ver com a assessoria do GAC emitido em Beijing. As medidas de proteção que foram tratadas ali, não podemos ter todos discutindo o que se pode incluir ou não nos diferentes processos e nos diferentes tipos de uso indevido do DNS.

Também temos outras categorias que têm a ver com processos, por exemplo, identificar uso indevido do DNS, ver princípios e normas, expectativas de confiabilidade, como podem ser utilizados, confiáveis, e qual a sua disponibilidade em geral. Esses são temas potenciais que nós, como GAC, podemos identificar da nossa situação única. Acho que como governos nacionais, podemos achar formas em que os governos já estão utilizando esses serviços, podem trabalhar com seus fornecedores de serviços, empresas de telecomunicações.

Os governos aplicam essas ferramentas para que os seus consumidores fiquem a salvo. Por isso que vale a pena explorá-las. Se vemos os compromissos de cumprimento da lei, vemos o que estão utilizando e o que está utilizando o GAC. Temos que ver a frequência com a qual são informados esses dados, há diferentes membros da comunidade que estiveram na sessão intercomunitária e falaram acerca de como informar isso de maneira que possa se compreender para poder ter diferentes tendências e perspectivas e que tudo isso seja de caráter público

para que a comunidade da ICANN possa analisar os dados, como melhor considerar. Porque é necessário que tenham mais informações sobre as instâncias de uso indevido.

E por último, como informar as instâncias de uso e uso indevido, como se faz isso, as PDPs, equipes de revisão, também mecanismos de cumprimento contratual. Como mostrar, apresentar tudo isso a partir dessas ferramentas. Deveriam ser melhor aproveitadas, isso se pode conseguir tendo mais quantidade de dados disponíveis, de forma tal a manter a salvo o público e talvez, então, o GAC possa ter um conjunto de princípios diretores na comunidade da ICANN.

E por último, isso está no documento, ele foi apresentado faz pouco tempo, temos que ter temas gerais que foram evoluindo ao longo do tratamento desse tema. Queria aproveitar essa oportunidade para informar ao GAC a perspectiva desse grupo de trabalho de segurança pública e também solicitar a sua assessoria e comentários na medida em que vamos avançando nesse processo para ver quais as prioridades do GAC e do grupo de trabalho de segurança pública.

THOMAS SCHINEIDER: Tem alguma pergunta? Tem a palavra Iranga.

IRANGA KAHANGAMA: Como podem ver aqui, o documento indica alguns dos pontos que eu mencionei antes. Esses eram os princípios propostos, posso mencioná-los me breve para o alcance do uso indevido do DNS, deveria ser incluído o uso indevido dos nomes de domínio, infraestrutura do DNS, que possam envolver inconvenientes de interesse público, o que vemos hoje não é o que vimos antes, então isso é algo que está em evolução, a ICANN deve ser flexível, como disse, assessoria que foi pronunciada em Beijing, está na salva guarda. Mas isso enfatiza a necessidade de continuar trabalhando sobre esse tema. Isso recomenda um mecanismo e diferentes maneiras para abordar questões que tem a ver com os botnets, phishing, todos conhecemos o que significa. E depois o uso de fits de confiança, diferentes materiais que podem ser de utilidade e também incorporados e serem indicados como pontos de interesse público geral.

A ideia é que a comunidade tenha mais flexibilidade, diferentes pontos de vista sobre isso. Quanto a identificação do uso indevido do DNS, temos que identificar os padrões da indústria, as métricas que permitam informar a comunidade para melhorar a tomada de decisões. Também queríamos que isso fosse extremamente transparente, que a publicação no website se faça em um formato compreensível e que se permita a identificação das partes envolvidas. Quanto ao relatório do uso indevido do DNS, também estamos avançando. O objetivo final é ter tomadas de decisão que

sejam informadas e baseadas em dados certos para que as pessoas possam ser mais responsáveis.

Nesse sentido também falamos sobre o cumprimento contratual e a contratação, isto é algo que o RAA considera porque é um processo que se encontra em evolução. Para finalizar, quando falamos em cumprimento contratual, temos que ver o que está fazendo o cumprimento contratual para ser transparente e fornecer ferramentas que resultem mecanismos efetivos para a comunidade da ICANN. Também queremos ter contribuições sobre os mecanismos de comunicação e tê-los adequados para garantir que não existam brechas. Então, basicamente, existe um documento preliminar muito geral, haverá modificações assim que continuar o debate com os membros do GAC, os membros do órgão de segurança pública e outros órgãos também. Isso é básico. E encorajamos a que participem e que também usem a lista de e-mails.

ASHLEY HEINEMAN: Por favor, aqui onde diz o alcance dos indivíduos do DNS... Em primeiro lugar, obrigada pela apresentação, porque é muito útil para poder entender algumas questões preliminares, com relação ao GAC, a comunidade e ao PSWG.

Como ponto de preocupação, talvez, eu quero mencionar para continuar com o debate, que o último ponto que fala dentro do

alcance do seu indevido do DNS, onde faz referência ao conteúdo ilegal, eu como mãe, me preocupa esse tema dos materiais que têm a ver com exploração sexual das crianças, acho que isso deve ser um tema a tratar. A minha pergunta seria, como vamos tratar esse tema dentro do contexto do DNS e da ICANN?

Porque eu quero trazer pessoal de proceder com muito cuidado. E que seja uma coisa que se inclua como parte do nosso alcance e dentro desta sessão. Eu acho que isso sempre deve levar ao primeiro ponto para determinar o que se pode fazer através da política da ICANN e através dos contratos. E ver também de ter cuidado de não entrar em áreas que não estejam dentro do âmbito da ICANN. Obrigada.

IRANGA KAHANGAMA: Obrigada, Ashley. Estamos em linha com esse comentário. Nós levamos em conta esses comentários. Nós achamos que dentro do alcance do âmbito da ICANN, o interesse público pode surgir diferenças com a importância pública. E esses foram elementos que já foram identificados e mencionados em outra oportunidade. E talvez existam questões que possamos analisar na primeira etapa e que tem a ver também, claro, com a segurança pública, com o grupo de trabalho da segurança pública e com o cumprimento da lei. Em algumas questões não é fácil de tratar, mas aqui vemos que existem diferentes níveis.

CATHRIN BAUER-BULST: Quero também manifestar que isso tem a ver como comentário do GAC. Outros membros do GAC mencionaram. Por exemplo, o representante do Reino Unido, em outras oportunidades. Com respeito a exploração sexual de crianças, esta questão trata um assunto legal, muito complicado, que tem a ver com o conteúdo. E esses temas também estão classificados entre a identificação, o relatório ou surreal. E aqui podemos fazer algumas diferenças.

Devemos criar transparência quanto a esses temas e isso poderia ajudar os atores a que tomem decisões sem informadas e que entendam também que há limites em matéria contratual e de cumprimento da lei para saber qual o alcance de todo esse tema. No entanto, essa situação poderia criar transparência porque a comunidade e as pessoas da comunidade poderiam escolher fazer alguma coisa ao respeito. Não quero falar por aqueles representantes do GAC que estão preocupados por este tema, cada um pode assumir a palavra. Mas é assim como entendemos essas preocupações apresentadas no passado. Há um comentário também.

ÍNDIA: Meu comentário tem a ver com o relatório do uso indevido do DNS dentro da ICANN. Eu gostaria de dizer que esse relatório sobre o uso indevido do DNS também poderia surgir outras medidas de

mitigação desenvolvidas para proteger os ccTLDs, tanto dos dois caracteres como também o ccTLD de três caracteres. E também os nomes geográficos ou nome de países. E também gostaria de manifestar sobre o risco de liberar esses nomes de domínio de lato nível, os TLDs, e também os de segundo nível dentro do programa dos novos gTLDs, obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada.

DESCONHECIDO: Obrigado pela informação tão detalhada. Minha pergunta tem a ver com relatório do uso indevido do DNS. A senhora mencionou no ponto quatro, cinco e seis sobre os procedimentos de relatórios, de informação sobre alguns procedimentos. Minha pergunta é a seguinte, no website da ICANN vi que a ICANN está começando a informar sobre o uso indevido do DNS. E também o registratário quer apresentar uma reclamação, não há, na verdade, uma resposta ativa que esteja sendo dada. Há princípios que tem a ICANN como para poder tratar esse tema do relatório do uso indevido do DNS com relação aos registratários?

CATHRIN BAUER-BULST: Bom, esta é uma parte breve. Nós estamos marcando os esforços que a ICANN está fazendo, a termos claro no contrato de

habilitação de registradores, entre os registros e registradores da ICANN que estabelecem as regras das partes contratadas com relação a mitigação do uso indevido do DNS. E também existe o cumprimento por parte da ICANN que é o departamento de sigilo desses contratos.

O que podemos ver nesses princípios preliminares é de que forma podemos informar esse uso indevido com relação ao cumprimento contratual da ICANN. Na sessão intercomunitária na segunda-feira falamos desta questão porque, claro, a ferramenta de informação tem que estabelecer, e essa ferramenta dar uma tendência sobre o seguinte, se o registro especial tem algumas registrações específicas maliciosas, isso significa que as partes contratadas têm que tomar alguma ação e se encontram algumas outras questões. E também suponho que aplica ao departamento do cumprimento contratual da ICANN, ou seja, o que devem fazer. Investigar a base dos indicadores que esse relatório oferece e também analisar as especificidades correspondentes para tomar alguma ação.

Então, esse sistema de relatórios o que faz é dar alguns indicadores sobre essa base. Devemos começar uma investigação por parte do cumprimento contratual e das partes contratadas para poder tomar as ações correspondentes. Não sei se isso responde sua pergunta.

DESCONHECIDO: Sim, basicamente minha observação tem a ver com se deveria existir uma espécie de monitoramento por parte da ICANN ou a nível da ICANN, na hora de dar esse relatório do uso indevido do DNS, ou seja, se deveria existir algum princípio nesse documento através da qual a ICANN tenha algum papel de supervisão. Porque muitas obrigações contratuais para os TLDs. Mas como a ICANN monitora essas ações. Não é possível que exista... mas vários ou muitos TLDs na segunda rodada que não sejam monitorados. Então vai cumprir um papel de supervisão o monitoramento?

IRANGA KAHANGAMA: Isso poderia ser um ponto a considerar, um tema que devemos analisar com detalhe. Já há um papel semelhante no departamento de cumprimento contratual, ali a ICANN faz um acompanhamento das diferentes reclamações e estamos tentando ser transparentes quanto as reclamações que se mencionam. Mas tomamos em conta esse ponto com respeito a que a ICANN deveria ter um papel de controle nesse sentido.

CATHRIN BAUER-BULST: Passo a palavra para o senhor que está aqui a frente

DESCONHECIDO: Isso tem a ver com os pontos três e quatro. E a publicação dos indicadores que são relativamente importantes. Que euro chamar

atenção sobre o fato que temos que nos concentrar nos indicadores de que se obtenham de forma confiável e também de forma oficial quando isso tem a ver com este ponto. Muitas vezes vemos uns indicadores que foram publicados, que tem muito impacto sobre a boa marcha dos trabalhos, mas que, infelizmente, as fontes não são confiáveis.

É muito importante poder conseguir, poder ter indicadores oficiais e confiáveis que se mantenham de forma regular, que demonstrem a participação das autoridades. Queria também mencionar que devemos estabelecer uma correlação entre alguns indicadores para poder chegar a que isso possa ser explorado de forma útil para a comunidade, isso é o que queria manifestar, queria falar dos pontos três e quatro. Obrigado

IRANGA KAHANGAMA: Sim, estamos totalmente de acordo a respeito dessa ferramenta de informação e também sobre os indicadores e a forma com a qual reunimos esses dados, já que provem de fontes bastante desconfiáveis. Nós vemos que essas informações vêm dos feeds, das redes sociais, dos buscadores, e há diferentes mecanismos de segurança na internet para poder dar segurança quanto a essa informação. Eu acho que podemos tomar em conta essa questão da melhor forma possível. Isso vai ser comunicado para uma clara comunidade.

CATHRIN BAUER-BULST: E também quero dizer que David Conrad, o diretor, fez uma apresentação na sessão intercomunitária sobre este tema. Ele tinha vários slides que falam sobre o sistema DAAR e a forma de reunir dados de maneira consolidada. Isso fez muita importância para os membros do GAC porque ali se mencionava de que forma se obtinham os dados, ou quais eram os dados, as fontes dos dados do sistema DAAR. Fala agora o representante do Irã.

IRÃ: Obrigado. Acho que uma parte importante desse relatório tem relação como tema da exploração sexual infantil. O abuso infantil é um tema, é o complemento desse tema por parte da ICANN de outras entidades como ITU, é muito importante. Dentro do conselho da ITU há um grupo que trata esse tema do abuso infantil online. Nós temos relações com esse grupo? Talvez deverá ismos compartilhar informações relevantes com eles para poder ajuda-los e também para poder saber o que estão fazendo. Então talvez possam considerar esse tipo de relação. Eles se reúnem, uma vez, outra vez, duas vezes, porque têm algumas limitações com respeito aos recursos. Mas eu acho que parte desse material seria de muita utilidade para eles. Obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado, Kavouss. Sem falar no meu caráter de vice-presidente, mas entrando na pele de uma representante da comissão europeia, devo manifestar que estamos trabalhando nesse sentido. E há dados nesse relatório que foram encomendados pela equipe de revisão de CCT com relação ao abuso sexual infantil. Provavelmente possamos tomar novamente esses dados e ter alguma relação com esse grupo de trabalho que o senhor menciona. Obrigado.

REINO UNIDO: Muito obrigado, Kavouss. É uma referência cruzada a outras iniciativas internacionais que também estão sendo desempenhadas quanto a exploração sexual infantil. Acho que podemos criar algum canal de comunicação, claro que também temos observadores dentro do GAC que são da ITU, mas vale a pena levar em conta seu comentário como um possível curso de ação para dar assessoramento sobre o abuso infantil em linha.

CATHRIN BAUER-BULST: Também há uma associação internacional de 71 países no mundo todo, que se reúne e que forma uma aliança global e que contam com apoio do ministério de assunto internos do Reino Unido e que tem um secretariado que tem como objetivo dar dados tanto ao grupo de trabalho de segurança pública como a outras iniciativas como aquelas que estão em vigor da ITU. Também estão criando

uma base de dados que talvez possamos fazer um acompanhamento desse trabalho.

ESTADOS UNIDOS: Eu quero fazer uma pergunta. Estamos falando sobre os materiais referidos a exploração sexual infantil, mas dentro de que contexto estamos mencionando? Estamos fazendo uma referência a esses materiais dentro do DNS, mas não tenho certeza do que significa exatamente tudo isso. A intenção aqui é utilizar como mecanismo para deter esses tipos de materiais? Estou tentando compreender o alcance que tem todo esse trabalho e como isso entraria dentro do âmbito da ICANN. Obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado, Ashley. Como já disse, eu acho que isso tem a ver com dar informação onde se desenvolve a política e que essas bases devem ser confiáveis. O resto do trabalho devemos analisar. Mas também há um comentário por parte da ITU.

JIE ZHANG: Obrigado. Sou representante da ITU perante o GAC. Como já mencionou o representante do Irã, temos no conselho um grupo de trabalho que se encarrega do assunto da proteção em linha das crianças. E verifiquei no website e a nossa reunião do grupo de trabalho será em Genebra, 23 de janeiro de 2018. Se precisarem de

mais informações, podemos fornecer e também podemos transferir informação a ITU. E também se há alguma coisa para fazer, eu me ofereço

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada.

REINO UNIDO: Eu queria adicionar a resposta para a representante dos Estados Unidos o seguinte, quando a proteção infantil surge dentro do contexto da rodada das solicitações, dos novos gTLDs, onde há muitíssimas solicitações e há um objetivo que são as crianças, estamos muito alertas aos riscos que isso pode representar, porque os novos gTLDs podem representar uma oportunidade para que esse tipo de conteúdo se difunda dentro dos novos gTLDs.

Recentemente, a fundação de supervisão da internet informou uma série de casos e essa cifra estava aumentando dentro dos novos gTLDs, de maneira substancial em 200%, mais ou menos algo assim. Então é extremamente adequado para o PSWG e ver a importância que pode chegar a ter para essa comunidade. E outras iniciativas que provem da ITU para mitigar esse risco e abordar a questão e maneira multissetorial. Muito obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado, Reino Unido. Agora Cristina da Comissão Europeia tem a palavra.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigada, Cathrin. Apoio, que disse o colega do Reino Unido, para nós a proteção das crianças na internet é importante principalmente para o GAC e grupo de responsabilidade pública. Pode ser de grande ajuda para prestar mais atenção a essa questão. É claro que é uma questão complexa, a definição de seu alcance é importante e deveríamos ter em conta o que se pode conseguir no contexto da ICANN. É uma área na qual os governos têm um papel a desempenhar. E volto a dizer que estamos dispostos a contribuir com essa iniciativa. Quero manifestar nosso apoio. Muito obrigada.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Cristina. Estamos finalizando o tempo, então fechamos o debate nesse momento. E quero informar os passos a seguir. Como disse Iranga, esses princípios, originalmente redigidos como base para o debate, para preparar a sessão intercomunitária, já tem algumas semanas de vida. Realizamos debates importantes sobre esses conceitos para preparar a sessão intercomunitária, não se chegou a um acordo sobre esse tema entre a comunidade, com o qual não apresentamos esse documento como princípios para

discussão na sessão intercomunitária. E não os publicamos em nenhuma parte.

Provavelmente, o próximo passo como GAC seria continuar refletindo sobre esses princípios, para ver se conseguimos ter uma posição conjunta e continuar avançando nos próximos meses através de uma série de interações na nossa lista de e-mails. E, finalmente, na reunião ICANN 61 voltar a rever o documento. Ninguém se opõe, pelo que vejo, então avançamos assim e vamos compartilhar os princípios com vocês, vamos atualizá-los e vamos compartilhá-lo com base nos comentários feitos hoje. Se não houver mais perguntas ou comentários, agradecemos sua atenção e desejamos um bom final de jornada. Muito obrigada.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]